

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS 2022

**O SEU DINHEIRO ESTÁ
DESTRUÍNGO AS FLORESTAS
OU VIOLANDO DIREITOS
HUMANOS?**



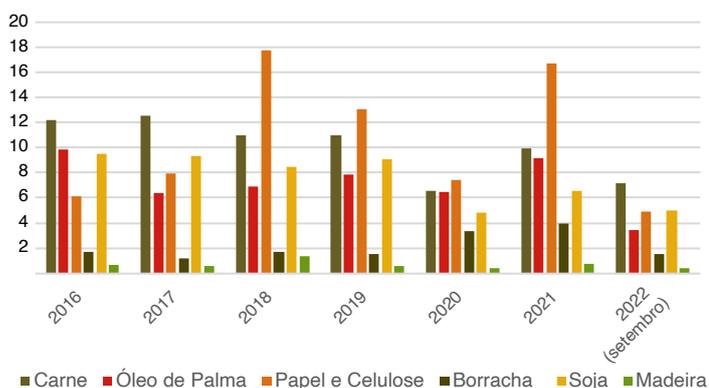
**FORESTS
& FINANCE**

RESUMO EXECUTIVO

As mudanças climáticas e a perda de biodiversidade estão no topo da agenda global, com ações urgentes necessárias para evitar o colapso ecológico. Enfrentar esses problemas requer uma rápida descarbonização e a proteção e restauração dos ecossistemas naturais. Enquanto o mundo está passando por choques e eventos climáticos cada vez mais frequentes e severos, incluindo inundações, secas, incêndios e ondas de calor, os negócios continuam como sempre. Apesar da COP26 ter focado as finanças em Glasgow no ano passado, o que deu início a um conjunto de promessas de emissões líquidas zero sob a [Aliança Financeira de Glasgow para Emissões Líquidas Zero](#) (GFANZ, na sigla em inglês), ainda não está claro como e quando o setor financeiro se descarbonizará. Existem lacunas significativas no monitoramento, verificação e avaliação da ação climática prometida, que corre o risco de se tornar um mecanismo de atraso climático.

Desde que o Acordo de Paris foi assinado em 2015, a Forests & Finance revelou que os bancos forneceram 267 bilhões de dólares em crédito (de 2016 a setembro de 2022) a 300 empresas de commodities com risco florestal que operam nas três maiores regiões de florestas tropicais do mundo. A Figura 1 mostra as tendências do crédito desde 2016 que, apesar de cair durante a pandemia global da covid-19, voltou aos níveis de 2018 já em 2021. Apesar do setor de Agricultura, Silvicultura e Uso da Terra contribuir com **23%** das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE), o setor financeiro está despejando dinheiro em um ritmo alarmante. Os investidores também estão facilitando a expansão do agronegócio com 40 bilhões de dólares em títulos e participações acionárias em setembro de 2022.

FIGURA 1. TENDÊNCIAS DE CRÉDITO EM SETORES COM RISCO RELACIONADO A FLORESTAS TROPICAIS 2016-2022 (SETEMBRO)



Dados de crédito de Janeiro 2016 - Setembro 2022, em bilhões de dólares, do Forests & Finanças

FA avaliação da Forests & Finance das políticas de 200 instituições financeiras com a maior exposição a risco florestal nos setores de commodities na América Latina, Sudeste Asiático e África Ocidental e Central levanta sérias preocupações. No geral, a pontuação média foi de apenas 1,6 em 10, e impressionantes 59% das instituições financeiras pontuaram abaixo de 1, indicando uma falha abjeta em gerenciar e mitigar riscos ambientais, sociais ou de governança. As pontuações são ajustadas para refletir a cobertura das políticas de empréstimo e investimento, bem como a contribuição da instituição para seis setores de commodities com risco florestal. Isso fornece uma avaliação da suficiência das políticas para prevenir o financiamento de impactos ambientais e sociais prejudiciais, e as considera altamente inadequadas.

Este relatório apresenta um estudo de caso do setor de papel e celulose na Indonésia e do setor de carne bovina no Brasil e analisa a atuação de grandes financiadores na adoção de políticas de salvaguardas florestais e direitos humanos. Esses

setores estão ligados à degradação de turfeiras e incêndios na Indonésia e taxas recordes de desmatamento e conflitos sociais no Brasil. Dessa forma, a Forests & Finance avaliou o desempenho nos principais critérios ambientais e sociais: Sem desmatamento, sem turfa, sem incêndios, sem trabalho forçado e respeitando os direitos do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) para Povos Indígenas e Comunidades Locais. Os resultados

mostraram que entre os maiores financiadores de papel e celulose na Indonésia e de carne bovina no Brasil, as políticas são muito fracas e oferecem poucas salvaguardas para evitar a degradação ambiental que alimenta os incêndios, defender os direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Locais ou garantir que as empresas não explorem pessoas ou crianças por meio de trabalho forçado.

RECOMENDAÇÕES

Padrões de governança, meio ambiente e social (ESG, na sigla em inglês) e processos de due diligence robustos por parte de bancos e investidores são necessários para reverter os devastadores impactos sociais e ambientais endêmicos aos setores de commodities com risco florestal. As instituições financeiras precisam se mover mais rapidamente, em maior número, em mais regiões e adotar padrões ESG uniformemente mais robustos do que os observados até agora. A regulamentação do setor financeiro tem um papel crítico a desempenhar na aceleração e modelagem dessa agenda, a fim de garantir que as instituições financeiras parem de alimentar as crises climática e da biodiversidade.

Os reguladores do setor financeiro devem:

- » Desenvolver mecanismos de supervisão e conformidade regulatória para o setor financeiro que sejam mais fortes e apoiem os objetivos de políticas públicas ambientais e sociais;
- » Exigir que as instituições financeiras adotem e divulguem políticas de salvaguardas de ESG que sejam robustas, procedimentos aprimorados de due diligence e os impactos de seus financiamentos, com orientação detalhada para setores específicos com altos riscos relacionados a ESG, como o setor de risco florestal;
- » Reforçar os requisitos das instituições financeiras para identificar e notificar proativamente os reguladores sobre quaisquer transações financeiras suspeitas de estarem associadas à corrupção do setor de risco florestal;
- » Implementar um mecanismo de monitoramento e investigação confiável e transparente sobre questões de conformidade com ESG para queixas contra instituições financeiras.
- » Exigir que as instituições financeiras relatem anualmente as informações relativas à Norma G4 Estrutura de Divulgação do Setor de Serviços Financeiros da Global Reporting Initiative (GRI), incluindo as emissões do uso da terra e os impactos sociais e ambientais resultantes do financiamento.
- » Introduzir penalidades e multas para instituições financeiras e seus conselheiros pelo não cumprimento das regulamentações e requisitos acima.

Os bancos e investidores devem:

- » Adotar, divulgar e implementar políticas e padrões ESG

para todos os serviços financeiros prestados aos produtores e partes associadas da cadeia de suprimentos em setores de commodities com risco florestal e exigir a conformidade do cliente no nível do grupo corporativo. As políticas devem incluir: Critérios como Sem Desmatamento, Sem Turfeiras e Sem Exploração (NDPE, na sigla em inglês); proibições ao uso de queimadas para abrir terras; legalidade nas operações e compras; Procedimentos de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) para atividades que afetam os direitos latifundiários indígenas e consuetudinários das comunidades locais; conformidade com as convenções e normas internacionais da OIT e dos direitos humanos; antissuborno e anti-evasão fiscal; e mecanismos de monitoramento, verificação e resolução de disputas.

- » Aprovar procedimentos de tolerância zero em carteiras de financiamento para prevenir violência, criminalização, intimidação e assassinato de defensores dos direitos humanos, da terra e do meio ambiente;
- » Garantir que os procedimentos e requisitos de diligência prévia de impacto ambiental e social sejam integrados a todas as linhas de negócios, com pessoal e suporte competentes e implementação incentivada.
- » Incluir requisitos de salvaguardas ambientais e sociais como cláusulas em contratos de financiamento.
- » Envolver-se com empresas em cadeias de valor de commodities com risco florestal para apoiar maior transparência, monitoramento independente, rastreabilidade da cadeia de suprimentos, adoção de práticas de produção sustentáveis e remediação de danos sociais e ambientais decorrentes de suas atividades.
- » Conhecer e divulgar publicamente a pegada de serviços financeiros que impactam florestas, turfeiras e os direitos dos povos indígenas e comunidades afetadas pela exploração madeireira e a expansão da agricultura industrial. Relatar anualmente as informações relativas à Norma G4 Estrutura de Divulgação do Setor de Serviços Financeiros da GRI, incluindo as emissões do uso da terra e os impactos sociais e ambientais resultantes do financiamento.
- » Apoiar o estabelecimento de regulamentações harmonizadas do setor financeiro que busquem abordar os danos ao financiamento do setor com risco florestal, conforme descrito acima.

A Forests & Finance avalia as políticas publicamente disponíveis dos 200 maiores credores e investidores globais de commodities com risco florestal no Sudeste Asiático, África Central e Ocidental e partes da América do Sul.

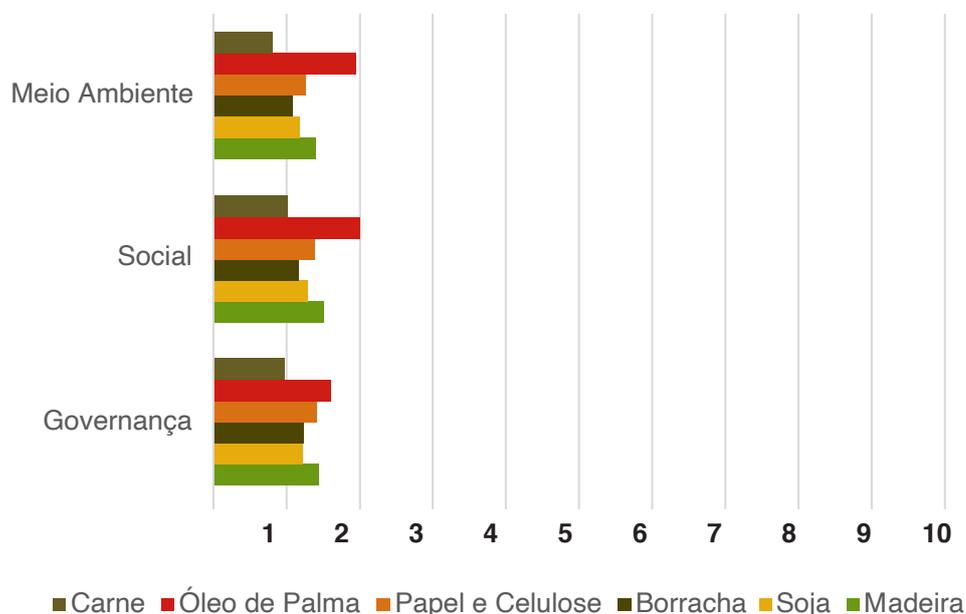
POLÍTICAS DE FINANCIADORES DE RISCO FLORESTAL: UMA VISÃO GERAL

Isso se baseia no financiamento recebido por mais de 300 empresas diretamente envolvidas nas cadeias produtivas de carne bovina, soja, óleo de palma, papel e celulose, borracha e madeira, cujas operações podem afetar as florestas tropicais naturais e as comunidades que delas dependem.

A avaliação classificou as políticas dos bancos e investidores em 35 diferentes critérios Ambientais,

Sociais e de Governança (ESG) baseados em acordos, convenções e melhores práticas internacionais da comunidade empresarial global e do setor financeiro em relação a commodities com risco florestal. A avaliação considera a qualidade e abrangência das políticas dos financiadores para suas operações de crédito e investimento e seu financiamento setorial. Para obter mais informações, consulte nossa [metodologia](#).

FIGURA 2. PONTUAÇÕES MÉDIAS NOS CRITÉRIOS AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA POR SETOR



Commodities com risco florestal

são originárias de florestas ou outros ecossistemas naturais e sua produção contribui significativamente para o desmatamento e a degradação global. A Forests & Finance avalia a carne bovina, o óleo de palma, o papel e celulose, a borracha, a soja e a madeira como motores no Sudeste Asiático, América Latina e África Ocidental e Central.

Florestas & Finanças 2022 - Análise de Políticas

Em geral, os resultados mostram que as políticas Ambientais, Sociais e de Governança não abordam adequadamente os impactos e riscos materiais relacionados a esses setores. A distribuição das pontuações gerais para os maiores bancos e investidores nos setores com risco florestal é fortemente inclinada para a extremidade inferior, com impressionantes 59% das instituições financeiras pontuando menos de 1 em 10. Apenas três instituições financeiras, o Fundo de Pensão Global do Governo da Noruega e os holandeses ABN Amro e Rabobank obtiveram pontuação 7 ou superior, o que ainda pode ser melhorado e não reflete a urgência com que o mundo deve lidar com as mudanças

climáticas e a perda de biodiversidade. Quase 30% pontuaram entre 1 e 5, demonstrando conduta empresarial altamente irresponsável com alta exposição financeira e uma completa falta de salvaguardas para florestas ou direitos humanos.

Como mostra a Figura 2, as pontuações médias do setor permanecem baixas, com o setor de carne bovina, o maior impulsionador do desmatamento, com a pontuação mais baixa em todos os critérios ESG: média de 0,9 em 10. O óleo de palma teve as pontuações mais altas do setor, ainda que muito baixa em termos reais, com uma média de 1,8 em 10.

TABELA 1. DESEMPENHO DE POLÍTICAS SOBRE DIREITOS HUMANOS, QUEIMADAS E DESMATAMENTO (0-10 PONTOS)

FLUXOS FINANCEIROS			AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS					
País	Crédito em milhões de dólares (2016-2022 setembro)	Investimento em milhões de dólares (setembro de 2022)	Sem desmatamento	Sem degradação de turfa	Sem queimadas	CLIP de Povos Indígenas	CLIP de Comunidades Locais	Sem trabalho infantil ou forçado
 Brasil	107 246	3 248	●	●	●	●	●	●
 Estados Unidos	19 073	11 586	●	●	●	●	●	●
 Indonésia	27 697	412	●	●	●	●	●	●
 Malásia	12 507	10 969	●	●	●	●	●	●
 China	21 276	104	●	●	●	●	●	●
 Japão	18 071	2 167	●	●	●	●	●	●
 Holanda	13 063	496	●	●	●	●	●	●
 França	8 709	1 019	●	●	●	●	●	●
 Reino Unido	7 429	1 351	●	●	●	●	●	●
 Espanha	8 333	71	●	●	●	●	●	●
 Singapura	6 437	683	●	●	●	●	●	●
 Canadá	3 919	622	●	●	●	●	●	●
 Chile	75	3 075	●	●	●	●	●	●
 Taiwan	3 030	33	●	●	●	●	●	●
 Suíça	1 635	674	●	●	●	●	●	●

KEY ● 0-3.9 ● 4-6.7 ● 7-10

Com base na Avaliação 2022 da Forests & Finance. A pontuação geral é ponderada com base na exposição financeira em todos os financiamentos para todos os setores. Pontuações de critérios selecionados para políticas de credores do setor de papel e celulose para os indicadores ambientais 1, 2 e 6 e os indicadores sociais 11, 12 e 17. As pontuações estão entre 0 e 10.

SETOR DE PAPEL E CELULOSE DA INDONÉSIA



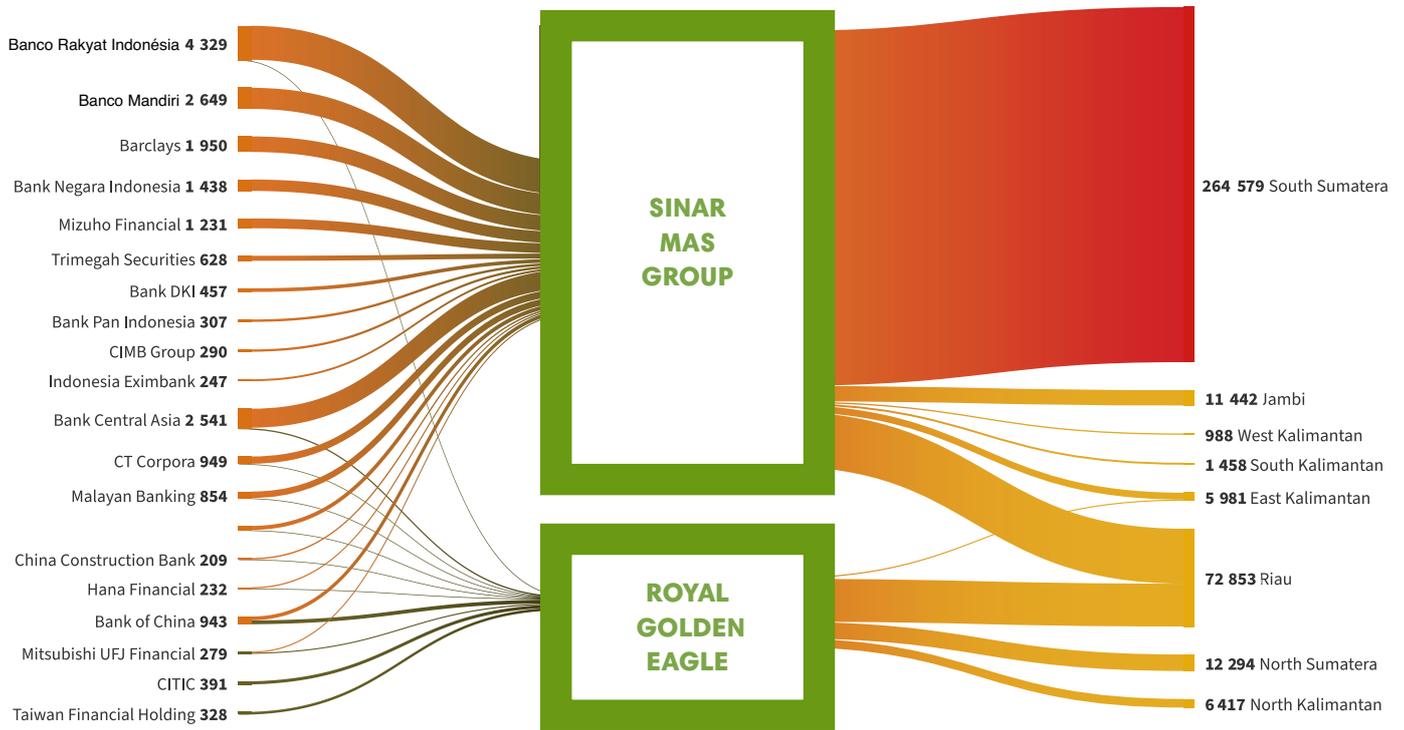
A Indonésia é um grande produtor de commodities de papel e celulose, responsável por quase 16% das exportações globais — [cerca de](#) 9 milhões de toneladas em 2019. Este setor é [altamente concentrado](#) na Indonésia, com apenas dois grupos empresariais controlando cinco das seis fábricas de celulose ativas, 95% das exportações de celulose (2015-2019) e recebendo 96% dos 23,6 bilhões de dólares em [crédito](#) para o setor na Indonésia (2016-2022 setembro). Os grupos são Sinar Mas, e sua divisão de celulose Asia Pulp & Paper (APP), e Royal Golden Eagle (RGE), e sua divisão de celulose Asia Pacific Resources International Ltd (APRIL), Tobal Puls Lestari (TPL) e Asia Pacific Rayon (a RGE nega que a TPL integre seu grupo corporativo). Ambos os grupos estão planejando grandes projetos de expansão para aumentar sua capacidade de celulose em 150% para a APP e 55% para a APRIL, colocando as florestas remanescentes da Indonésia sob maior pressão. Os negócios usuais para esses grupos representam uma ameaça sistêmica à sociedade, ao meio ambiente e à economia da Indonésia, bem como um [risco](#) material e financeiro aos seus financiadores.

De acordo com a [Trase](#), entre 2015 e 2019, as concessões de produtores de celulose acabaram com 170.000 ha de floresta devido ao desmatamento e incêndios para abastecer suas fábricas. Além disso, grande parte das plantações da APP e

da APRIL estão em turfeiras drenadas que contribuem com emissões de GEE globalmente significativas. Muitas dessas áreas de plantação correm o risco de se tornarem ativos ociosos se as regulamentações das turfeiras forem apertadas novamente. O impacto climático da degradação das turfeiras é duplo, pois as emissões são liberadas devido à drenagem, cultivo e incêndios — que se tornam mais frequentes e graves em turfeiras drenadas — e a perda de ecossistemas de turfeiras funcionais limitam o sequestro de carbono. Como a Figura 3 mostra, as práticas de negócios de carbono intensivo da APP e da APRIL são fortemente financiadas por alguns dos maiores bancos da região. Essas empresas atraíram 22,6 bilhões de dólares em crédito (2016-2022 setembro). Uma [avaliação](#) das políticas dessas companhias produtoras mostrou que estão longe das melhores práticas quanto ao respeito ao direito da CLPI. A RGE está em [conflito](#) com comunidades, ameaçando seus modos de vida pela extensão de suas plantações sobre terras comunitárias. A Sinar Mas, por sua vez, está em [conflito](#) com comunidades contra as quais usou de violência e intimidação. Esses bancos são responsáveis por financiar os graves impactos ambientais e sociais desses negócios intensamente poluentes.

1 A relação entre TPL e RGE se encaixa em diversos critérios de grupos corporativos comuns, como definidos pela iniciativa do [Accountability Framework](#). Entretanto, RGE e TPL insistem que a TPL não integra o grupo de 14 companhias da Royal Golden Eagle. A TPL afirma que "A Companhia é publicamente listada na Indonésia e conta com um Grupo Independente de Diretoria e Gestão, não compondo o grupo de companhias da Royal Golden Eagle".

Figura 3. Os 20 maiores credores das operações de celulose da Sinar Mas e da Royal Golden Eagle na Indonésia e as áreas queimadas em suas concessões por província.



Forests & Finance credit data 2016–2022 (Sept) to Pulp & Paper operations in Southeast Asia in USD mln.
 Trase data on burned area in hectares by province for 2015–2019.

A **análise** da Forest & Finance estimou que a enorme demanda desses gigantes da celulose por fibra de madeira de turfeiras contribuiu para a emissão de 111 milhões de toneladas de CO₂e por ano por meio de eventos de subsidência e queimadas entre 2015 e 2019 (esses números excluem as emissões de não turfa) . Isso é **equivalente a um quinto** de todas as emissões anuais de energia da Indonésia, em grande parte para o cultivo de madeira para celulose em 87 mil km² de turfeira drenada, que é inflamável. Os incêndios catastróficos são exacerbados pelas condições de seca criadas durante os ciclos climáticos do El Niño, que devem se tornar mais frequentes e intensos com as mudanças climáticas. Estimativas **recentes** colocam os custos de danos e perdas econômicas relacionadas aos incêndios de 2015 e 2019 em 16,1 bilhões dólares e 5,2 bilhões de dólares, respectivamente. Essas perdas são suportadas pelos menos responsáveis pelos incêndios e subestimam os impactos de longo prazo na saúde ligados aos perigosos níveis de poluição do ar. Em 2019, a poluição colocou **cerca de** 10 milhões de crianças em risco na Indonésia. Expectativa de vida **cai** 4–6 anos em Riau e Sumatra do Sul e mais de 6 anos em Jambi, que são províncias produtoras de papel e celulose onde a qualidade do ar excede os níveis seguros da OMS. A exposição aos altos níveis de poluição concomitante com a infecção pelo novo coronavírus, causador da covid-19, também **augmenta** o risco de doença grave e até de morte.

COMO AS POLÍTICAS BANCÁRIAS SÃO AVALIADAS?

Apesar da série de compromissos e da proliferação de iniciativas emissões líquidas zero no setor financeiro durante a COP26 de Glasgow, nossa avaliação revelou que as políticas bancárias para o setor foram muito baixas — pontuação média de 1,4 de 10. Isso significa que as políticas não cobrem adequadamente os riscos sistêmicos de clima, natureza e direitos humanos e impactos nocivos predominantes no setor de papel e celulose, que é de alto risco. Nossa avaliação dos maiores credores da APP e da APRIL indica que suas políticas pouco fazem para mitigar esses riscos. Apesar de estarem expostos a riscos substanciais relacionados ao clima e à natureza, 70% desses bancos não possuem políticas de credor que cubram algum dos 6 critérios que focam os direitos humanos e as queimadas. Isso demonstra uma falha em alinhar seus negócios com os padrões globais de ação climática, biodiversidade ou direitos humanos.

Há uma discrepância entre os relatórios de sustentabilidade de alguns bancos e suas políticas. Por exemplo, o BRI que é o maior financiador de papel e celulose da Indonésia, reconheceu seu financiamento do setor como um risco climático em seu **relatório** da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD, na sigla em inglês) de 2021 . No entanto, o BRI não divulgou nenhuma política pública para mitigar esses riscos.

2 A APP não confirmou se mede suas emissões pelo uso da terra, enquanto a APRIL atestou que “não está publicando seus patamares de emissão por enquanto”.

Eles não têm nenhuma cobertura de política para os principais critérios necessários para prevenir queimadas e abusos de direitos humanos e, no ano passado, suas políticas se deterioraram devido ao trabalho forçado ou trabalho infantil. O Mizuho é o único banco que possui políticas de credores que cobrem esses critérios de queimadas e direitos humanos para o setor de papel e celulose. Embora suas políticas tenham melhorado desde o ano passado, o Mizuho é um grande credor dessas empresas, tendo fornecido 1,2 bilhão de dólares entre 2016 e setembro de 2022, o que levanta questões sobre a implementação de suas políticas. Da mesma forma, apesar das políticas aprimoradas do Maybank

sobre turfa, queimadas e CLPI para comunidades locais, o banco subscreveu títulos em 2021 para a [expansão](#) da usina Sinar Mas' Oki, que apresenta alto risco de desmatamento, drenagem de turfeiras e incêndios por meio de seus fornecedores. Também é notável que o Barclays não tenha salvaguardas para esses critérios e uma pontuação geral extremamente baixa. O banco fornece um grande volume de crédito, quase 2 bilhões de dólares, para o setor de papel e celulose e, atualmente, opera como consultor financeiro exclusivo do Grupo Sinar Mas para facilitar a [aquisição](#) de empresas estadunidenses de papel e celulose por meio de seu braço canadense Paper Excellence.

TABELA 2. MAIORES PONTUAÇÕES DA POLÍTICA DE CREDORES DE CELULOSE DA RGE E DA SMG (0-10 PONTOS)

FLUXOS FINANCEIROS		AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS						
Nome do banco	Crédito em milhões de dólares	Pontuação geral	Sem desmatamento	Sem turfa	Sem queimadas	CLIP de Povos Indígenas	CLIP de Comunidades Locais	Sem trabalho infantil ou forçado
Banco Rakyat Indonésia	4 329	2,7	●	●	●	●	●	●
Banco Mandiri	2 649	4,3	●	●	●	●	●	●
Bank Central Asia	2 540	4,1	●	●	●	●	●	●
Barclays	1 950	1,5	●	●	●	●	●	●
Bank Negara Indonesia	1 438	1,1	●	●	●	●	●	●
Mizuho	1 231	6,9	●	●	●	●	●	●
CT Corpora	950	0,2	●	●	●	●	●	●
Bank of China	943	0,2	●	●	●	●	●	●
Maybank	855	6,2	●	●	●	●	●	●
Trimegah Securities	628	0,0	●	●	●	●	●	●
ICBC	576	0,5	●	●	●	●	●	●
Bank DKI	457	0,7	●	●	●	●	●	●
CITIC	391	0,0	●	●	●	●	●	●
Taiwan Financial Holding	328	0,0	●	●	●	●	●	●
Bank Pan Indonesia	307	4,0	●	●	●	●	●	●
CIMB	290	4,6	●	●	●	●	●	●
MUFG	279	5,4	●	●	●	●	●	●
Indonesia Eximbank	247	0,2	●	●	●	●	●	●
Hana Financial	232	0,3	●	●	●	●	●	●
China Construction Bank	209	0,5	●	●	●	●	●	●

CHAVE ● SEM COBERTURA DE POLÍTICA ● ESPAÇO PARA MELHORIAS ● POLÍTICA FORTE

Com base na Avaliação 2022 da Forests & Finance. A pontuação geral é ponderada com base na exposição financeira em todos os financiamentos para todos os setores. Pontuações de critérios selecionados para políticas de credores do setor de papel e celulose para os indicadores ambientais 1, 2 e 6 e os indicadores sociais 11, 12 e 17. As pontuações estão entre 0 e 10.

SETOR DE CARNE BOVINA DO BRASIL



Gado em área recém-desmatada em Candeias do Jamari (RO), 2021 (Victor Moriyama/Greenpeace).

O Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo. O setor de carne bovina também é o principal impulsionador do desmatamento no país, contribuindo para o desmatamento de cerca de **37 milhões de hectares** na Amazônia desde 1985 — 80% de todo o desmatamento. Quase 70% das exportações em 2017 foram realizadas por apenas três grupos de traders: a, JBS (729 mil toneladas), a Marfrig (367 mil toneladas) e a Minerva (348 mil toneladas). Este setor atrai financiamento substancial, com um total de 67 bilhões de dólares em crédito desde o Acordo de Paris (2016-2022 setembro). Grande parte (89%) é crédito rural subsidiado pelo governo — classificado como “Brazil Agriculture Finance Program na base de dados do Florestas & Finanças” — que concede crédito em condições favoráveis a produtores rurais e outros atores da cadeia produtiva, como frigoríficos. A JBS, a Marfrig e a Minerva receberam 90% de todo o crédito não vinculado ao Programa Brasileiro de Financiamento da Agricultura. A JBS foi a que mais crédito recebeu, atraindo 1,2 bilhão de dólares em investimentos em 2022.

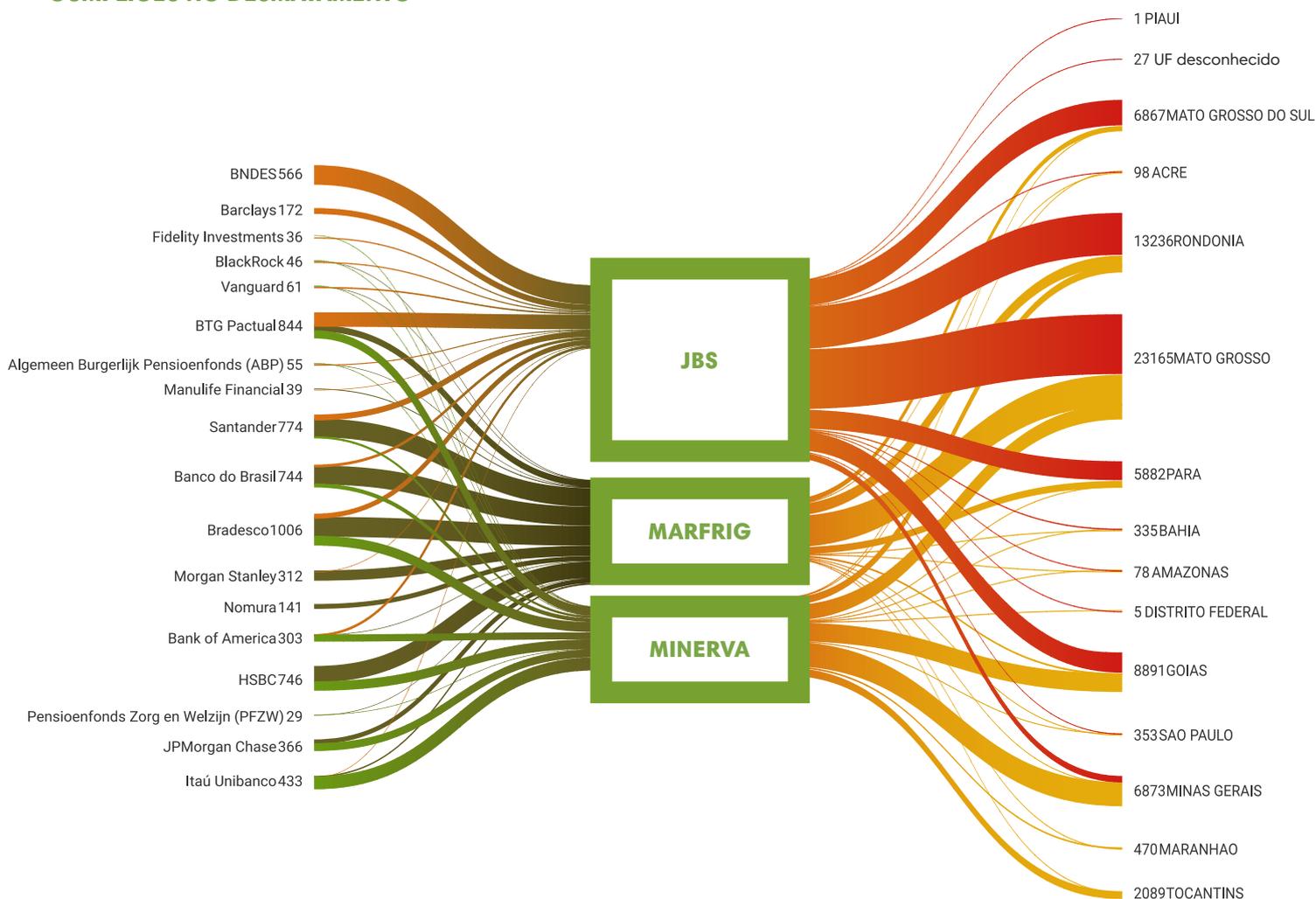
As questões ambientais e de direitos humanos são predominantes no setor de carne bovina, com **cerca de 70%** das exportações da Amazônia e do Cerrado ligadas a desmatamento, trabalho escravo e conflitos fundiários. Essas questões foram agravadas sob o governo Bolsonaro devido a retrocessos sem precedentes de proteções ambientais e agressões aos direitos dos povos indígenas e comunidades locais. Isso tem fomentado práticas

empresariais cada vez mais irresponsáveis e contribuído para o **aumento** das taxas de desmatamento, que atingiram a maior alta de 15 anos em 2021, com 13.235 km² perdidos em apenas um ano. No primeiro semestre de 2022, o desmatamento da Amazônia atingiu um **novo recorde**. Desde 1995, **relatórios** mostram que 17.253 trabalhadores foram resgatados do trabalho escravo no setor pecuário. As reduções nas inspeções do Governo Federal fizeram com que menos trabalhadores fossem resgatados nos últimos anos. No entanto, investigações da sociedade civil continuam revelando que o trabalho escravo é predominante nas cadeias de fornecimento de carne bovina no Brasil.

Até o momento, a JBS, a Marfrig e a Minerva não conseguiram implementar os compromissos de desmatamento zero assinados há mais de uma década, e ainda não podem garantir que suas cadeias de fornecimento sejam livres de desmatamento. A JBS já foi **relacionada múltiplas vezes** ao desmatamento ilegal. O uso de derrubada e queimada para limpar a terra para a agricultura ou pastagem é comum e envolve o corte das maiores árvores antes de usar o fogo para limpar o resto da área. Em 2019, **cerca de 900 mil ha** de floresta amazônica foram queimados ilegalmente e, em 2021, **relatórios** mostraram que 67% dos incêndios queimaram áreas recentemente desmatadas. Este ano, os **incêndios** em agosto foram os piores dos últimos 12 anos e cobriram cidades com fumaça vermelha.



FIGURA 4. OS FLUXOS FINANCEIROS DE CREDORES E INVESTIDORES DA JBS, DA MARFRIG E DA MINERVA SÃO CÚMPLICES NO DESMATAMENTO



Dados de crédito para operações de papel e celulose no Sudeste Asiático, entre 2016 e setembro de 2022, em milhões de dólares. Dados do Florestas & Finanças. Dados do Trase sobre áreas queimadas em hectares, por província, entre 2015 e 2019.

COMO AS POLÍTICAS BANCÁRIAS SÃO AVALIADAS?

Para os bancos com exposição ao setor de carne bovina no Brasil, é essencial adotar e implementar políticas fortes e processos de due diligence que protejam as florestas e respeitem os direitos humanos. Apesar de todas as promessas feitas pelas instituições financeiras, a avaliação revelou que as políticas bancárias para o setor são muito fracas – uma pontuação média de 0,9 em 10. Isso significa que elas não fornecem nem mesmo as salvaguardas mais básicas contra os riscos sistêmicos relacionados ao clima, à natureza e aos direitos humanos e aos impactos nocivos predominantes no setor de carne bovina com alto risco.

Nossa avaliação dos maiores credores e investidores da JBS, da Marfrig e da Minerva demonstrou capacidade limitada de mitigar adequadamente esses riscos e impedir o financiamento de desmatamento em grande escala, degradação florestal e

violações de direitos humanos. Apesar de estarem expostas a riscos substanciais relacionados ao clima e à natureza, apenas 7 das maiores instituições financeiras avaliadas melhoraram suas políticas no último ano: Bank of America, BTG Pactual, Itaú Unibanco, BlackRock, BNDES, e Manulife Financial. Dois bancos mostraram deterioração em suas políticas de credores: o Nomura, que tem menos proteção contra trabalho forçado ou infantil, e o Rabobank, que tem menos proteção para Povos Indígenas e Comunidades Locais por meio de CLPI. Embora o HSBC tenha algumas das políticas mais fortes para seus empréstimos, continua sendo o terceiro maior financiador da carne bovina brasileira, levantando preocupações sobre a implementação de suas políticas. Vanguard, Fidelity Investments, Pensioenfonds Zorg en Welzijn (PFZW) e o Japan's Government Pension Investment Fund (GPIF) são os maiores investidores, mas não têm políticas para cobrir seus investimentos para se alinharem aos padrões globais de ação climática, biodiversidade ou direitos humanos.

TABELA 3. LÍDERES E RETARDATÁRIOS FINANCIAM OS GIGANTES DA CARNE BOVINA DO BRASIL (0-10 PONTOS)

FLUXOS FINANCEIROS			AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS												
Nome do banco	Crédito milhões de dólares (2016-2022 setembro)	Investimento milhões de dólares 2022 (setembro)	Pontuação geral	Sem desmatamento		Sem turfa		Sem queimadas		CLIP de Povos Indígenas		CLIP de Comunidades Locais		Sem trabalho infantil ou forçado	
				C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I
Bradesco	1 007		1,0	●		●		●		●		●		●	
Santander	774		3,6	●		●		●		●		●		●	
HSBC	746		4,3	●		●		●		●		●		●	
Banco do Brasil	723	21	4,4	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
BTG Pactual	648	196	1,9	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Itaú Unibanco	413	21	2,8	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
JPMorgan Chase	366		2,1	●		●		●		●		●		●	
Morgan Stanley	313		3,7	●		●		●		●		●		●	
Banco da América	303		3,5	●		●		●		●		●		●	
Barclays	172		1,5	●		●		●		●		●		●	
Nomura	141		2,1	●		●		●		●		●		●	
Rabobank	116		7,4	●		●		●		●		●		●	
BNDES		566	5,1		●		●		●		●		●		●
Vanguard		60	0,5		●		●		●		●		●		●
Algemeen Burgerlijk Pensioenfonds (ABP)		55	3,6		●		●		●		●		●		●
BlackRock		46	1,0		●		●		●		●		●		●
Manulife Financial		39	1,7		●		●		●		●		●		●
Fidelity Investments		36	0,0		●		●		●		●		●		●
Pensioenfonds Zorg en Welzijn (PFZW)		29	0,8		●		●		●		●		●		●
Fundo de Investimento em Previdência do Governo (GPIF)		19	0,7		●		●		●		●		●		●

CHAVE ● SEM COBERTURA DE POLÍTICA ● ESPAÇO PARA MELHORIAS ● POLÍTICA FORTE

Com base na Avaliação 2022 da Forests & Finance. A pontuação geral é ponderada com base na exposição financeira em todos os financiamentos para todos os setores. Pontuações de critérios selecionados para políticas de credor (C) e/ou investidor (I) do setor de carne bovina para os indicadores ambientais 1, 2 e 6 e indicadores sociais 11, 12 e 17. As pontuações estão entre 0 e 10.



Sobre nós

Florestas e Finanças é uma iniciativa de uma coalizão de organizações de campanha e pesquisa, incluindo Rainforest Action Network, TuK Indonésia, Profundo, Amazon Watch, Repórter Brasil, BankTrack, Sahabat Alam Malaysia e Friends of the Earth US. Coletivamente, buscamos impedir que as instituições financeiras facilitem os abusos ambientais e sociais comuns em commodities com risco de desmatamento. Procuramos alcançar isso por meio de maior transparência, políticas, sistemas e regulamentos do setor financeiro.

DATA DE PUBLICAÇÃO: OCTOBER 2022 | WEBSITE: [FORESTSANDFINANCE.ORG](https://forestsandfinance.org) | CONTATO: [INFO@FORESTSANDFINANCE.ORG](mailto:info@forestsandfinance.org)



Profundo



BANKTRACK

